



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N.º 771/2015 - de 25 de junho de 2015.

“Aprova o Plano Municipal de Educao de Guatapar para o decnio 2015/2025, e d providências”.

SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aprovado o Plano Municipal de Educao - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicao desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituio Federal, art. 208 e seguintes da Lei Orgânica e art. 8.º da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2.º São diretrizes do PME, as previstas no art. 2.º da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE), bem como as garantias insculpidas nos incisos do art. 210 da Lei Orgânica do Município de Guatapar.

Art. 3.º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas, e com observância e o cumprimento das regras de financiamento em regime de colaborao entre a União, o Estado de São Paulo e os demais entes federados, nos termos do Plano Nacional de Educao - PNE.

Art. 4.º A execuo do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliaes periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I** – Secretaria Municipal da Educao – SME;
- II** – Câmara Municipal de Vereadores;
- III** – Conselho Municipal de Educao - CME;
- IV** – Fórum Municipal de Educao.

§ 1.º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I** – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliaes nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II** – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementao das estratégias e o cumprimento das metas;
- III** – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educao.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, com base nos estudos publicados na forma do § 2º do art. 5º da Lei Federal não 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE) e em outros estudos desenvolvidos pelas instâncias de que trata o *caput* deste artigo, aferir-se- a evoluao no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informaçoes organizadas por meta e respectivas estratégias.

§ 3º Para atendimento  meta progressiva de investimento público em educaao, bem como às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas, o Município atentar aos estudos da União, bem como às determinaoes legais de aplicaçao de recursos em educaao pública, dentre as quais a destinaao do que couber ao ente, como resultado da exploraao de riquezas nacionais, para manutenao e desenvolvimento do ensino.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educaçao, instituído nesta Lei e atuante no âmbito da Secretaria Municipal da Educaçao, em articulaao com os Fóruns Nacional e Estadual, promover durante a vigência do PME, no mínimo, 2 (duas) conferências locais e participar das conferências regionais, estaduais e nacionais.

Parágrafo nico. Ao Fórum Municipal de Educaçao, além das atribuoes referidas no *caput*, compete:

I – acompanhar a execuçao do PME e o cumprimento de suas metas;

II – articular as conferências municipais de educaao com as conferências regionais, estaduais e nacionais, de modo a subsidiar a elaboraçao dos planos nacional e – em especial – municipal de educaao para o decenio subsequente.

Art. 6º O Município atuará em regime de colaboraao com a União e o Estado de São Paulo, podendo, inclusive, participar de arranjos intermunicipais para o desenvolvimento da educaao ou firmar instrumentos de colaboraao recíproca e criaao de mecanismos comuns, visando ao alcance das metas e  implementaçao das estratégias objeto deste PME.

§ 1º Caberá aos gestores local, estadual, e da União a adoao das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º O Município participar ativamente da instância permanente de negociaao e cooperaao entre os entes federados, inclusive em âmbito estadual, nos termos do que preveem os §§ 5º e 6º do art. 7º da Lei Federal não 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE).

Art. 7º O Município aprovar lei específica para instituir e regular o funcionamento do seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educaao pública no prazo de 2 (dois) anos contado da publicaao desta Lei.

Art. 8º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignaao de dotaoes orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execuçao.

Art. 9º O Município tomar como fonte oficial de informaçao para a avaliaçao da qualidade da educaao básica e para a orientaçao das políticas públicas desse nível de ensino o



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

produto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, sem prejuízo da aplicação de outras avaliaoes externas ou próprias, para acompanhamento do resultado de suas aoes.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará  Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao PME a vigorar no período subsequente, que incluir diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decnio.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE.

SAMIR REDONDO SOUTO
PREFEITO

REGISTRADO EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

WELITON FERNANDO VERONEZI
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**ANEXO
METAS E ESTRATÉGIAS**

Meta 1. Universalizar, até 2016, a educao infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educao infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- 1.1) expandir, através da adesão a programas nacional e estadual, a rede pública de educao infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais e o percentual de atendimentos necessários;
- 1.2) garantir que, ao final da vigência deste PME, não haja diferença entre as taxas de frequência  educao infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;
- 1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaborao, levantamento da demanda por creche para a populao de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 1.4) realizar, conforme as normas e os mecanismos firmados pela União e pelo Estado de São Paulo, a chamada pública da demanda das famílias por creches;
- 1.5) aderir a programas estaduais e federais de construo e reestruturao de escolas, bem como de aquisio de equipamentos, visando  expansão e  melhoria da rede física de escolas públicas de educao infantil, respeitadas as normas de acessibilidade;
- 1.7) estimular a formao inicial e continuada dos profissionais da educao infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formao superior;
- 1.8) estimular a articulao entre ps-graduao, núcleos de pesquisa e cursos de formao para profissionais da educao, de modo a garantir a elaborao de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da populao de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
- 1.9) priorizar o acesso  educao infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado - AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotao;
- 1.10) fortalecer programas de orientao e apoio às famílias, por meio da articulao das áreas de educao, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- 1.11) preservar as especificidades da educao infantil na organizao das redes escolares,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

visando o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, tendo em vista o ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.12) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção  infância;

1.13) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente  educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção  infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.14) realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.15) estimular o acesso  educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil;

1.16) priorizar, no atendimento em creches, as crianças em situação de maior vulnerabilidade social e as que apresentem deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Meta 2. Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) pactuar com a União e o Estado de São Paulo, no âmbito da instância permanente de que trata o  5 do art. 7 da Lei Federal n 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental, garantindo seu cumprimento;

2.2) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, em especial dos alunos dos anos finais, e apoiá-los na passagem do 5 para o 6 ano, assegurando aos alunos um percurso escolar harmonioso;

2.3) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Adolescente - CMDCA;

2.4) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e em colaboração com a rede pública estadual de ensino;

2.5) adotar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e da cultura e saberes dos alunos residentes na área rural;

2.6) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais – em especial aqueles relacionados  cultura nipo-brasileira – a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.7) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, através de estratégias que considerem a formação dos núcleos familiares distintos;

2.8) assegurar a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para a população do campo, na própria comunidade;

2.9) aderir a programas governamentais ou da iniciativa privada, que visem  oferta de atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo ao desenvolvimento de habilidades, inclusive promovendo sua participação em certames e concursos nacionais;

2.10) em regime de colaboração com a União e o Estado de São Paulo, promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo.

Meta 3. Estimular a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos contribuindo para elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) instituir nos anos finais do ensino fundamental, ao de sondagem dos alunos concluintes acerca das intenções, condições, interesses e aspirações para a continuidade de estudos no ensino médio e articular-se com o Estado de São Paulo para garantir aes que visem assegurar a imediata continuidade de estudos ao concluinte do ensino fundamental, observadas a heterogeneidade dessa clientela;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

3.2) buscar conhecer e manifestar-se acerca da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino médio formulada pela União, e, uma vez aprovada a formao básica comum para essa etapa da educao básica, acompanhar e intervir para que seja efetivada no âmbito municipal;

3.3) manter e ampliar programas e aoes de correo de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado e pela adoo de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperao e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.4) efetivar aoes no sentido de viabilizar o atendimento dos alunos segundo suas necessidades, interesses e aspiraoes para estimular a continuidade dos estudos, por meio da garantia de acesso ao ensino médio integrado  educao profissional e na modalidade de educao especial;

3.5) assegurar que exista e efetivamente atue a rede de proteo  infância e juventude, composta pelos Conselhos Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar, pelo Departamento Municipal de Educao e Cultura, pela Secretaria Municipal dos Negócios da Saúde e pelo Departamento de Cidadania e Políticas Sociais visando monitorar e agir efetivamente para combater qualquer forma de discriminao e formas associadas de exclusão social de estudantes, bem como realizar a busca ativa, a reinsero do aluno e efetiva permanência na escola em todos os segmentos da educao básica, e em especial, no ensino médio;

3.6) estimular a participao dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, mantendo, em parceria com os demais entes federados, o transporte intermunicipal desses alunos, bem como promovendo gestões junto aos governos estadual e federal para a realizao desses cursos no município.

Meta 4. Universalizar, para a populao de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotao, o acesso  educao básica e ao atendimento educacional especializado - AEE, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) contabilizar, para fins do repasse do FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educao regular da rede pública que recebam atendimento pedagógico especializado complementar, suplementar ou substitutivo em caráter de excepcionalidade, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educao básica regular e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educao especial oferecida em instituioes comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

município e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei Federal n 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) universalizar, no prazo de vigência deste PME, o atendimento escolar  demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispo a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) manter e, conforme a necessidade e em regime de colaboração, ampliar o número de salas de recursos, bem como fomentar a formação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado - AEE, para a inclusão, inclusive dos egressos de sistemas de cumprimento de medidas socioeducativas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado - AEE em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, ou substitutiva em caráter de excepcionalidade, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica;

4.5) garantir a articulação com instituições acadmicas, que desenvolvam pesquisas sobre a temática, para apoiar o trabalho dos profissionais da educação básica;

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetnica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 14 (catorze) anos, em escolas e classes, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos;

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, ou de transtorno global do desenvolvimento e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento pedagógico especializado, ressalvado o atendimento por escola de educação especial certificadora que promova atendimento de qualidade, específico e adequado ao aluno com deficiência;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso  escola e ao atendimento educacional especializado - AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias, e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e em especial dos Conselhos Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Tutelar;

4.10) garantir a articulação com instituições acadmicas, que desenvolvam pesquisas sobre a temática, para apoiar o trabalho dos profissionais da educação básica inclusiva, e orientar a construção das políticas públicas para atendimento de suas especificidades;

4.11) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados  continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos - EJA, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior  faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.12) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender  demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento pedagógico especializado, e, quando necessário, tendo em vista a necessidade local, prover profissionais de apoio ou auxiliares, cuidadores, professores interlocutores de LIBRAS, guias-intérpretes para surdocegos;

4.13) atender e fazer atender os indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, quando estes estiverem devidamente instituídos pelo governo federal;

4.14) Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, por meio de convênio, visando ampliar a oferta de formação continuada e dos serviços de acessibilidade como garantia de pleno acesso e participação, bem como ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral, necessário  efetiva aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.15) Ampliar a oferta de formação continuada para os profissionais da educação, a adoção de material didático e paradidático acessível, assim como garantir os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

Meta 5. Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3 (terceiro) ano do ensino fundamental.



Estratégias:

- 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2) aderir aos instrumentos de avaliação nacional e estadual – se houver – periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como criar instrumentos próprios de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) adotar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças dentre aquelas ofertadas pelos órgãos de educação oficiais das esferas federal e estadual e disponibilizadas como recursos educacionais abertos, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;
- 5.4) aderir às novas tecnologias educacionais e fomentar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, aderindo e motivando a participação dos professores em cursos de formação específicos, promovidos pelos governos estadual e federal;
- 5.6) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas;
- 5.7) garantir a alfabetização nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática articulada com a alfabetização inicial, de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem entre os ciclos.

Meta 6. Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, a pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Estratégias:

- 6.1) promover, com o apoio da União e do Estado de São Paulo, e em parceria com instituições privadas sem fins lucrativos, a oferta de educação básica pública em tempo integral, garantindo implantação de currículo desenvolvido pelo Estado de São Paulo e integrado pelas atividades propostas por programas estaduais e federais de ampliação e complementação de jornada, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em



uma única escola;

6.2) estimular o protagonismo dos educandos por meio de estratégias e metodologias curriculares, que integrem conhecimentos, competências e habilidades, contemplando seu desenvolvimento integral;

6.3) manter a adesão aos programas nacionais e estaduais de transferência de recursos, e aderir, em especial, ao programa de ampliao e reestruturao das escolas públicas a ser instituído pelo governo federal, por meio da instalao de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produo de material didático e da formao de recursos humanos para a educao em tempo integral;

6.4) fomentar a articulao da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos existentes no município;

6.5) estabelecer critérios para certificar instituioes privadas sem fins lucrativos para realizar atendimento complementar ao oferecido pela rede pública municipal de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, e contemplar, como um dos critérios, a certificao específica de sua área de atuao;

6.6) Oferecer a educao em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotao na faixa etária de 4 (quatro) a 14 (catorze) anos, assegurando atendimento educacional especializado - AEE complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituioes especializadas.

6.7) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7. Fomentar a qualidade da educao básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes mdias para a rede pública municipal para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais EF	5,5	5,7	6,0	6,3
Anos finais EF	5,2	5,5	5,7	6,0
Ensino médio	4,2	4,6	4,9	5,1

7.1) colaborar para a formulao das diretrizes pedagógicas para a educao básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental, respeitada a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

diversidade regional, estadual e local, e, atrvs de pactuação específica, implementar e assegurar a sua efetivação;

7.2) colaborar, atrvs da adesão a ações específicas dos governos estadual e federal, para que:

a) no 5 (quinto) ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) colaborar com a União, o Estado de São Paulo e demais entes federados, para articulação de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) aderir e alimentar os planos de ações articuladas visando alcançar as metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública voltadas  melhoria da gestão educacional,  formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares,  ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e  melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) acompanhar o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação da qualidade dos ensinos fundamental e médio, e considerar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e demais avaliações nacionais e estaduais, utilizando-os para melhoria dos processos e práticas pedagógicas;

7.7) acatar e aplicar indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, desenvolvidos por órgãos oficiais de ensino dos governos estadual e federal;

7.8) empreender esforços buscando atingir as metas do IDEB, e procurando diminuir a diferença entre as escolas com os menoresndices e a mdia nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

PME, as diferenças entre os resultados entre as unidades escolares locais e as médias dos índices do Estado de São Paulo;

7.9) divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores dos sistemas nacional e estadual de avaliaçao da educaao básica, relativos às escolas da rede pública, promovendo a contextualizaao desses resultados, com relaao a indicadores sociais locais relevantes, de modo transparente;

7.10) pesquisar, selecionar e adotar tecnologias educacionais para os ensinos fundamental e estimular práticas pedagógicas inovadoras que assegurem melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, assegurando diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.11) garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educaao do campo na faixa etária da educaao escolar obrigatória, mediante renovaao e padronizaao integral da frota de veículos, de acordo com especificaoes definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, contando com financiamento compartilhado, com participaao da União e do Estado de São Paulo proporcionalmente às necessidades locais, considerando o atendimento de alunos da rede pública estadual de ensino, visando a reduzir a evasão escolar;

7.12) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e melhorar, até o final da década, a relaao computador/aluno nas escolas da rede pública municipal de educaao básica, promovendo a utilizaçao pedagógica das tecnologias da informaçao e da comunicaao;

7.13) apoiar tecnicamente a gestão escolar mediante a promoao de formaao específica para gestores escolares e membros das Associaoes de Pais e Mestres – APMs, articulando e fomentando a participaao da comunidade escolar no planejamento e na aplicaçao dos recursos recebidos pelas unidades atráves dos programas de transferência direta e das campanhas de arrecadaao de fundos, visando à ampliaao da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.14) aderir a programas oferecidos em parceria com outras esferas governamentais ou da iniciativa privada, e aprofundar aoes educativas, em todas as etapas da educaao básica, visando a conscientizaao dos alunos quanto aos aspectos sanitários e de saúde pública, e assegurar o atendimento por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e alimentaao;

7.15) assegurar a todas as escolas públicas de educaao básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

7.16) aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas plicas, visando  equalização regional das oportunidades educacionais;

7.17) buscar, em regime de colaboração, prover os equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas da rede pública da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condioes necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituioes educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.18) colaborar com a União no estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.19) aderir a programas que visem informatizar integralmente a gestão das escolas pbricas e a Secretaria Municipal de Educação, bem como participar do programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação, de acordo com as políticas de capacitação promovidas pelos órgãos oficiais de educação dos governos estadual e federal, para a operacionalização dos sistemas informatizados implementados;

7.20) garantir políticas de combate  violência na escola, em parceria com o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, inclusive pelo desenvolvimento de aoes destinadas  capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.21) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei Federal n 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

7.22) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar aoes educacionais, nos termos das Leis nós 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de aoes colaborativas com conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil e da oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação;

7.23) consolidar a educação escolar no campo de populaoes tradicionais e de populaoes itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural,



consideradas as práticas socioculturais;

7.24) incluir os conteúdos culturais correspondentes  comunidade nipo-brasileira e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais na elaboração das propostas pedagógicas das escolas locais;

7.25) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.26) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.27) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento  saúde e  integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.28) aderir aos sistemas estadual e nacional de avaliação da educação básica, participando e colaborando para o seu fortalecimento e aperfeiçoamento como forma de orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e  sociedade;

7.29) promover enfaticamente e em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores, a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores de leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.30) articular-se com os demais entes federados e aderir ao programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória local, regional e nacional;

7.31) articular-se com os demais entes federados e aderir ao programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória local, regional e nacional;

Meta 8. Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 (dezoito) anos a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo até o fim da vigência deste PME, bem como buscar igualar a escolaridade média entre os municpes das zonas urbana e rural, dos negros e não negros, e da população mais pobre.

Estratégias:

8.1) adotar novas tecnologias e ações para a correção do fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação, bem como priorizar estudantes com



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

rendimento escolar defasado, em todos os segmentos da educao básica atendidos pelo município, e em relao a todos os segmentos populacionais presentes;

8.2) implementar políticas de educao de jovens e adultos - EJA para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarizao, após a alfabetizao inicial;

8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificao da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) buscar expandir o acesso e a oferta gratuita de educao profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formao vinculadas ao sistema sindical que atuam no estado, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede pública, para os segmentos populacionais considerados, garantindo transporte e apoio a esses estudantes;

8.5) promover o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da frequência  escola dos segmentos populacionais considerados, por meio da articulao dos órgãos públicos de saúde e assistência social, bem como identificar as razões de eventual abandono, evasão ou absentesimo, e encontrar mecanismos que inibam essas práticas;

8.6) em parceria com distintos segmentos do Poder Público, inclusive conselhos e associaes existentes, promover a busca ativa de jovens da faixa etária considerada que estejam fora da escola, promovendo sua insero em espaços escolares.

Meta 9. Elevar a taxa de alfabetizao da populao com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e cinco por cento) até o quinto ano de vigência deste PME e, até o final da vigência do PME, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em pelo menos 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no município de Guatapar.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita do ensino fundamental na modalidade educao de jovens e adultos - EJA e, em regime de colaborao com o governo estadual paulista, garantir acesso e a promoo de opes para a continuidade de estudos de todos os que não tiveram acesso  educao básica na idade própria;

9.2) realizar, com o apoio do Estado de São Paulo e da União, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educao de jovens e adultos - EJA;

9.3) realizar chamadas públicas regulares para educao de jovens e adultos - EJA, com ampla divulgao utilizando recursos audiovisuais e meios de comunicao de massa, promovendo-se busca ativa em regime de colaborao entre entes federados e em parceria com organizaes da sociedade civil e demais segmentos do poder público;



9.4) executar aoes de atendimento ao estudante da educaao de jovens e adultos - EJA por meio de aoes suplementares de transporte e alimentaao, e articulaao com a área da saúde;

9.5) sensibilizar interna e externamente os agentes da educaao em relaao  modalidade de educaao de jovens e adultos - EJA como direito, garantindo vários modelos de atendimento para essa populaao, inclusive voltado para a profissionalizaao, para a populaao com deficiência;

9.6) pesquisar, adotar, apoiar técnica e financeiramente, em regime de colaboraao com a União e o Estado de São Paulo, projetos e aoes inovadores na educaao de jovens e adultos - EJA que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos;

9.7) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas  promoao de políticas de erradicaao do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas,  implementaçao de programas de valorizaao e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e  inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.8) articular parceria com o Estado de São Paulo, com o objetivo de ter acesso e aplicar na rede municipal, metodologia de ensino criada especificamente para o trabalho com a educaao de jovens e adultos - EJA;

9.9) adotar proposta pedagógica interdisciplinar, que leve em conta as vivências de jovens e adultos e os aspectos históricos, sociais, políticos, e culturais, por meio de um processo de escolarizaao que respeite a relaao teoria-prática e vise ao exercício pleno da cidadania, promovendo uma alfabetizaao emancipadora;

9.10) assegurar que a rede municipal, em regime de colaboraao com os demais entes federados e especialmente com o Estado de São Paulo, mantenha programas de atendimento e de formaao, capacitaao e habilitaao de educadores de jovens e adultos, para atuar de acordo com o perfil deste alunado.

Meta 10. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educaao de jovens e adultos - EJA, nos ensinos fundamental, na forma integrada  educaao profissional.

Estratégias:

10.1) em conjunto com a União e o Estado de São Paulo, promover na educaao de jovens e adultos - EJA aoes que busquem a conclusão do ensino fundamental e a sequência de estudos em cursos da educaao profissional técnica de nível médio;

10.2) buscar expandir as oportunidades de continuidade de estudos dos alunos concluintes do ensino fundamental na modalidade de educaao de jovens e adultos - EJA,



por meio da articulação com estabelecimentos das redes públicas estadual e federal;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos - EJA com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características da educação de jovens e adultos - EJA e considerando as especificidades das pessoas com deficiência e população da cultura tradicional nipo-brasileira, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos - EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

10.5) com o apoio técnico e financeiro da União e do Estado de São Paulo, adotar material didático, currículos e metodologias específicas, instrumentos de avaliação, bem como promover o acesso dos alunos da educação de jovens e adultos - EJA a equipamentos e laboratórios e garantir a formação continuada dos profissionais da educação para o bom desempenho nessa modalidade de educação, articulada  educação profissional;

10.6) identificar oportunidades e articular-se com programas de formação promovidos pelo sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento  pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade, para oferta de formação inicial continuada para os trabalhadores do município, de modo articulado  educação de jovens e adultos - EJA.

Meta 11. Colaborar para que sejam triplicadas as matrículas de egressos do ensino fundamental público municipal em cursos da educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente em estabelecimentos do segmento público;

Estratégias:

11.1) promover gestões políticas para o atendimento da demanda municipal em cursos da educação profissional técnica de nível médio, indicando aspectos produtivos, sociais e culturais do município e sua região;

11.2) promover programa municipal de oferta de vagas de estágio aos alunos da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, por meio da articulação entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor, visando  formação de qualificação próprias da atividade profissional e ao desenvolvimento da juventude;

11.3) buscar articulação entre os órgãos públicos, as escolas privadas e as organizaoes não governamentais que ofertam educação profissional, com o objetivo de melhorar as informaçoes e ampliar a oferta de vagas.

Meta 12. Contribuir para que seja elevada a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da



populao de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.

Estratégias:

12.1) manter apoio institucionalizado ao estudante do nível superior, através de subsídio ao transporte para acesso  educao superior pública ou privada, da celebrao de convênios para descontos em mensalidades de cursos promovidos pela iniciativa privada, ou ainda, o apoio  instalao de sala descentralizada de cursos superiores no próprio município, priorizando o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotao, bem como aos estudantes das instituioes públicas ou bolsistas de instituioes particulares, egressos da escola pública e afrodescendentes, de modo a promover igualdade de oportunidades, reduzir desigualdades étnico-raciais e contribuir efetivamente para o sucesso acadmico de todos;

12.2) promover programa municipal de oferta de vagas de estágio aos alunos do ensino superior, por meio da articulao entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor, sobretudo aos de área de conhecimento com grande pertinência social;

12.3) em colaborao com a União e o Estado de São Paulo, orientar a política pública municipal de modo a promover aoes que revelem as aspiraoes dos estudantes do município e estimulem a formao nas áreas de ciências e matemática e em instituioes de educao profissional tecnológica de nível superior, bem como em áreas pertinentes às necessidades da economia local e regional.

Meta 13. Buscar, junto às esferas governamentais competentes, bem como fomentar entre a iniciativa privada, a implantao de programas de ps-graduao *stricto sensu*, a fim de elevar a qualidade da educao superior e ampliar a proporo de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educao superior.

Estratégias:

13.1) estimular a formao de consórcios, convênios, termos de parceria e outros instrumentos aptos a formalizar a interao entre instituioes públicas e privadas de ensino superior e o governo municipal, com vistas  promoo do acesso de alunos egressos da educao básica pública, e da insero da populao em geral nas atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelas instituioes;

13.2) buscar parcerias com as instituioes públicas e privadas de ensino superior, sobretudo as que ofereçam formao compatível com o universo de atuao da administrao pública, disponibilizar campo de estudo para a realizao de pesquisa institucionalizada, articulada a programas de ps-graduao *stricto sensu*, contribuindo para elevar o padrão de qualidade da educao;

13.3) Manter e ampliar políticas de valorizao dos profissionais atuantes na área pública



formados em nível de ps-graduação *lato e stricto sensu*, como forma de estimular e contribuir para o aumento do número de matrículas na pós-graduação.

Meta 14. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado de São Paulo, a observação e implementação da política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei Federal n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

14.1) implementar gestões políticas para buscar, junto a instituições de ensino superior dos segmentos público e privado, a garantia de formação dos profissionais da educação de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica;

14.2) criar mecanismos que dotem o Poder Público de condições para ofertar aos seus profissionais da educação, docentes e não docentes, formação em nível de ps-graduação, inclusive *stricto sensu*, segundo critérios de mérito e desempenho, bem como a concessão de licncias para aperfeiçoamento e formação continuada, de modo a promover a qualificação sem ferir os interesses da aprendizagem dos estudantes e com previsão legal no respectivo plano de carreira;

14.3) implantar programa municipal de iniciação  docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica, inclusive promovendo condições para o cumprimento de estágios profissionais na rede municipal, por meio da concessão de bolsas e outros incentivos;

14.4) assegurar, com o concurso da União, a participação em cursos e programas especiais para a formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, dos docentes da rede municipal de ensino com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

14.5) assegurar, com o concurso da União, a participação em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados  formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

14.6) Manter e aprimorar os incentivos de progressão por qualificação do trabalho profissional, a partir da titulação e da habilitação profissional.

Meta 15. Ampliar para 80% (oitenta por cento) o número de professores da educação básica atuantes na rede municipal de ensino que possuam formação em nível de ps-graduação, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da



educao básica formao continuada em sua área de atuao, considerando as necessidades, demandas e contextualizaes da rede local.

Estratégias:

15.1) colaborar com a União e o Estado de São Paulo para realizao do planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formao continuada e informar-se sobre a respectiva oferta por parte das instituies públicas de educao superior, de modo a fomentar a matricula e participao dos professores da rede pública do município;

15.2) estimular o acesso dos profissionais do magistério público municipal aos programas que disponibilizam acervo de obras didáticas, paradidticas, de literatura e dicionários, inclusive por meio de portais eletrnicos, e ao programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educao básica, visando ao favorecimento da construo do conhecimento e da valorizao da cultura da investigao;

15.3) Estimular a participao e a formao dos professores da rede municipal de ensino por meio das aes do Plano Nacional do Livro e Leitura, aderindo, ainda, ao programa nacional de disponibilizao de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, a ser instituído pela União.

Meta 16. Valorizar os profissionais do magistério da rede pública municipal de educao básica de forma a atender o piso salarial profissional nacional instituído pela Lei Federal n 11.738/2008, que eleve e equipare seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, observada a Lei Complementar n 101/2000, em prazo compatível com o cumprimento desta meta pelos demais entes federados.

Estratégias:

16.1) manter em vigência, aprimorar e observar o plano de carreira e remunerao do magistério público da educao básica instituído pela Lei Complementar Municipal n 078, de 09 de junho de 2010, buscando viabilizar, de acordo com a implantao de ensino em tempo integral e atendida a necessidade do educando, a implantao gradual do cumprimento da jornada de trabalho em uma única unidade escolar;

16.2) buscar adequar, até o final da vigência deste PME, a relao numérica professor-aluno, de acordo com parâmetros definidos em legislao que estabeleça padrões de qualidade para a educao básica;

16.3) assegurar condies adequadas ao trabalho dos profissionais da educao, visando prevenir e erradicar causas de adoecimento do profissional e promover a qualidade do ensino;

16.4) criar estratégias e aes que assegurem o acesso dos profissionais da educao ao atendimento médico, inclusive preventivo;



16.5) viabilizar aos profissionais do magistério salários iniciais nunca inferiores ao valor correspondente ao piso salarial profissional nacional, nos termos da Lei Federal n 11.738/2008, respeitada a Lei Complementar n 101/2000, recorrendo, se e quando necessário, ao aporte da União prevista na estratégia 17.4 do PNE (Lei Federal n 13.005/2014);

16.6) manter a diferenciação do salário inicial da carreira do magistério por titulação, entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e ps-graduação, como forma de estímulo  melhoria contínua da formação docente e da qualidade da educação básica.

Meta 17. Aperfeiçoar o plano de carreira dos profissionais do magistério público municipal e buscar contemplar, em lei própria, benefícios para os profissionais da educação não docentes, que não desrespeitem o princípio constitucional de tratamento isonômico entre profissionais de formação e função análoga, e com observância da Lei Complementar n 101/2000.

Estratégias:

17.1) até o terceiro ano de vigência deste PME, estruturar a rede pública municipal de ensino com 90% (noventa por cento) de professores e, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de profissionais da educação não docentes efetivados em empregos públicos de provimento permanente, em efetivo exercício na rede pública municipal de ensino;

17.2) implantar acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina segmento da educação básica ofertados pela rede pública municipal;

17.3) realizar concursos públicos de provas e títulos para provimento qualificado de todos os empregos públicos ocupados pelos profissionais da educação pública municipal, com a observância de requisitos de habilitação e critérios de formação legalmente previstos, que estejam compatíveis com a legislação municipal e nacional;

17.4) contribuir com o censo dos profissionais da educação básica e de outros segmentos distintos do magistério, nos termos da estratégia 18.5 do PNE;

17.5) assegurar o funcionamento da Comissão Permanente de Gestão da Carreira - CPGC, institda pela Lei Complementar Municipal n 078, de 09 de junho de 2010;

17.6) observando legislação específica, criar empregos de profissionais da educação não docentes, prevendo em concurso público de provas e títulos, os requisitos de formação e critérios para a composição de subquadro próprio da Educação no serviço público municipal.



Meta 18. Assegurar condies, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e  consulta pública  comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, contando com recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

18.1) Garantir a elaboração de texto normativo para instituir e efetivar a gestão democrática da educação até o 2 (segundo) ano de vigência deste PME, e inserir, entre os requisitos para o provimento do emprego de diretor, o bom desempenho nas avaliações de desempenho previstas no plano de carreira dos profissionais do magistério público municipal;

18.2) fomentar a expansão da oferta dos programas de apoio e formação aos conselheiros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal de Educação – CME e demais conselhos municipais, e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, propiciando a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios para visitas  rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

18.3) constituir, no âmbito do município, Fórum Permanente de Educação, visando coordenar as conferências municipais e garantir a participação do município nas conferências das outras instâncias, para acompanhamento da execução deste PME e demais planos de educação;

18.4) estimular em todas as escolas municipais, a constituição e o fortalecimento de grmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

18.5) fortalecer os Conselhos Escolares e o Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autnomo;

18.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

18.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas unidades escolares da rede pública municipal, na forma de legislação municipal específica.

Meta 19. Colaborar para ampliar o investimento público em educação pública de forma a



atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto PIB do País no 5 (quinto) ano de vigncia desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decnio.

Estratégias:

19.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todas as etapas e modalidades da educação básica promovidas no município, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do  1 do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal do estado, com vistas a atender suas demandas educacionais  luz do padrão de qualidade nacional;

19.2) respeitar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) a ser implantado pela União, como referencial básico do conjunto de padrões mínimos da educação de todas as etapas da educação básica, no que tange ao conjunto de insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem.